

Nova Africa,nº22, Fev 2008, pp.31-50

Trabalho e imaginação nas famílias da periferia de Maputo¹

Ana Bénard da Costa

anabenard@netcabo.pt

Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa

Introdução

Esta comunicação baseia-se em investigações que decorreram no âmbito de dois projectos realizados entre os anos de 1998 e 2003, junto de famílias residentes nos bairros de Mafalala, Polana Caniço A e Hulene B na periferia de Maputo². Estes bairros incluem-se no conjunto dos sessenta e seis “bairros de caniço” que formam a periferia de Maputo. A maioria destes bairros não sofreu qualquer processo significativo de urbanização planificado, os serviços de apoio social são escassos, as ruas asfaltadas raras, o saneamento básico praticamente inexistente e a maior parte das habitações não possui água canalizada nem energia eléctrica. Foi neste contexto social e espacial, caracterizado por uma precariedade de infra-estruturas urbanas e de serviços sociais, por índices elevados de “pobreza³” e desemprego formal, que as investigações se desenvolveram, centrando-se em famílias maioritariamente originárias das regiões rurais do Sul de Moçambique⁴.

Compreender as condições de vida de famílias “pobres” na Africa Subsariana tem sido o

¹ Artigo aceite para publicação na revista *Studia Africana*

Ana Bénard da Costa é bolsista de pós-doutoramento no Instituto de Investigação Científica e Tropical, antropóloga, com um doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais (ISCTE, Lisboa).

² Cf. Bénard da Costa 2003; Oppenheimer 2003)

³ Sobre a evolução do conceito de pobreza ver Oppenheimer e Raposo (2002: 43-45)

⁴ Foram entrevistadas 81 famílias e inquiridas 1000 e foi realizado trabalho de terreno mais aprofundado, utilizando a metodologia da observação participante e de histórias de vida e histórias de família, com seis famílias do bairro Polana Caniço A

objectivo dos múltiplos estudos que se desenvolveram na década de 90⁵. No entanto, em sua grande maioria, estes estudos, apesar de concluírem da importância da articulação de fontes de rendimento na sobrevivência das famílias⁶, não se debruçam de forma aprofundada sobre os processos internos através dos quais essa articulação se realiza. Este artigo, não descurando a importância do contexto social e económico em que estas famílias se inserem, analisa as dinâmicas intra-familiares considerando esta reflexão como essencial na compreensão dos processos subjacentes ao desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos e/ou produtos que os diferentes membros das famílias desenvolvem.

A importância desta perspectiva analítica justifica-se pelas características das estratégias económicas em estudo: dispersão dos membros da família por diferentes sectores da economia e, por vezes, por diferentes áreas geográficas e articulação dos recursos. Só analisando as dinâmicas internas às famílias e as relações que se desenvolvem entre os seus membros, poderemos compreender como este processo se organiza e é gerido.

A necessidade de ampliar o âmbito da análise deriva igualmente da constatação da íntima relação existente entre a sobrevivência e a reprodução social. As actividades que os membros das famílias desenvolvem no seu quotidiano e que têm como objectivo garantir a sua subsistência física, social e cultural, não se podem dissociar das estratégias que visam a manutenção, renovação e transmissão dos diferentes tipos de capital (económico, simbólico e social) entre as diferentes gerações (Bourdieu [1994] 2001: 99).

Partindo desta perspectiva analítica, este artigo procura compreender como se processam os níveis de articulação e de coordenação no interior das famílias que possibilitam o desenvolvimento de estratégias económicas, entendendo estas como o

⁵ Salientam-se os estudos realizados no âmbito do programa Poverty Strategies Initiative (PSI) das Nações Unidas (c.f. González de la Rocha e Grinspun 2001), os estudos realizados no âmbito do programa *Poverty Reduction Strategy* do Banco Mundial (cf. World Bank 1998 e 1999), e outros estudos realizados à margem destas instituições (cf. Livi-Bacci e Santis 1998, Oppenheimer 2002, Sahn e Younger 2004).

⁶ A articulação de fontes de rendimento diversificadas não é exclusiva das estratégias das famílias da periferia de Maputo, nem sequer das famílias a residir em meios urbanos ou rurais da África subsariana ou noutras regiões ditas em “vias de desenvolvimento” (cf. Creed 2000) ou mesmo “desenvolvidas” (cf. Barlett 1993, Lima 1992). Creed relaciona o desenvolvimento desta estratégia não apenas com situações de crise económica, mas também com a flexibilidade da economia global (2000:9).

conjunto articulado de práticas através das quais os membros das famílias obtêm rendimentos e/ou produtos.

Os olhos do negócio: o “informal” na cidade de Maputo

Perante uma situação de aumento e intensificação populacional, pobreza generalizada e escassez de emprego, como é que sobrevivem as famílias da periferia de Maputo? Para responder a esta questão é necessário recuar no tempo e fazer uma breve referência à evolução do chamado sector “informal”⁷ da economia – é dentro deste sector que se inserem grande parte das actividades económicas que as famílias desenvolvem – desde o período dominado por políticas económicas socialistas até aos últimos anos do século XX, altura em que imperam políticas económicas liberalizantes. Este recuo temporal permite contextualizar a análise dentro de um processo marcado por sucessivas mudanças de cariz económico que geraram respostas diferenciadas por parte da população. As estratégias económicas que as famílias desenvolvem actualmente resultam de um “saber” adquirido e de uma experiência que influencia e explica as opções que actualmente fazem e que condicionam o seu futuro.

Até meados dos anos 80, o sector “informal” em Maputo era relativamente incipiente. Conhecido como “mercado paralelo” ou “candonga”, “funcionava” de diversas formas, como por exemplo: os artigos que o governo “disponibilizava” a preços subsidiados eram adquiridos ou desviados e açambarcados pela população que os comercializava a preços muito superiores; através de esquemas de contrabando introduziam-se na cidade produtos dos países vizinhos; a população adquiria produtos produzidos localmente para consumir e/ou revender.

A partir de meados dos anos 80, com a introdução do PRE (Programa de Reabilitação Económica) e a implementação de uma “economia de mercado”, o comércio informal desenvolveu-se exponencialmente. A população de Maputo, atingida pela crise do desemprego e pela redução dos salários reais no âmbito das reformas económicas, procura, desta forma, fontes alternativas de rendimentos. O rápido crescimento do sector informal explica-se, pelo menos parcialmente, pelas medidas económicas e

⁷ Existe uma extensa bibliografia sobre este assunto. Ver, por exemplo, Hugon 1980a, 1980b e 1999, Roberts 1994, Lautier, Miras e Morice 1991, Lautier 1991, 1994 e 1995, Grassi 2003

financeiras que o PRE impôs e que geraram desemprego, impostos mais elevados ao comércio formal e taxas alfandegárias acrescidas para os produtos importados. A resposta da população incluiu, entre outras estratégias, as seguintes: desenvolvimento de esquemas de angariação de rendimentos complementares aos salários (corrupção, subornos, desvios de produtos); desenvolvimento de actividades ilícitas (roubos, por exemplo); criação de esquemas alternativos de escoamento de produtos (comércio informal, vulgo “dumba-nengues”), o desenvolvimento de todo um sistema de mercado que Carlos Lopes designa como “intermediação comercial em cascata” (cf. Lopes e outros 2002a) e uma intensificação crescente daquilo que em língua inglesa é designado como *bargain* (Trefon 2002:6)⁸. As formas de pagamento envolvidas neste tipo de transacções são múltiplas, não exclusivas entre si (dinheiro, serviços, bens, trocas de favores...) e podem dilatar-se no tempo. Dependem daquilo que é transaccionado, dos agentes envolvidos no processo e das relações que entre estes existem.

Data desta época o grande desenvolvimento dos mercados informais de rua, os “dumba-nengues”. Desde o início dos anos 90 e até à viragem do século, este quadro sofreu algumas alterações. Alguns dos “dumba-nengues” desapareceram e outros surgiram em zonas menos centrais e a profusão de vendedores de rua diminuiu no centro da cidade. Ocorreu uma maior especialização dentro dos mercados (formais e informais), onde os diferentes produtos se agrupam por zonas distintas, e certas actividades desenvolveram-se muito (todas as que se relacionam com a construção civil) enquanto outras terão diminuído.

Da mesma forma, a imaginação dos “agentes económicos” desenvolveu-se à medida que a experiência se acumulou. Esta “imaginação”, caracterizada por uma grande versatilidade, acompanha oportunidades de negócio momentâneas, pressupõe múltiplas articulações e o desenvolvimento do sistema de *bargain*. Neste processo, as relações sociais e/ou económicas entre os actores – o seu capital social – são um recurso e simultaneamente um meio através do qual se captam outros recursos. Por isso, para se compreenderem as estratégias económicas desenvolvidas por famílias na periferia de Maputo é necessário ter

⁸ O campo semântico a que se refere este termo, é em Moçambique muitas vezes evocado pela palavra “desenrascar”, embora esta tenha neste país um significado muito mais abrangente do que o termo *bargain* tem em inglês.

em consideração todos os recursos e relações sociais que podem ser mobilizados, bem como as diferentes formas possíveis de acesso a esses recursos e de desenvolvimento dessas relações. Nada disto é ilimitado, mas pressupõe dinâmicas complexas e a inclusão de múltiplos elementos (e combinações de elementos) que as análises económicas convencionais não consideram e que muitas vezes desafiam as capacidades do mais criativo dos investigadores. A posse de certos bens e conhecimentos pode ser rentabilizada, assim como o acesso a lugares, sectores ou pessoas. As formas de rentabilização dependem das relações sociais preexistentes entre as partes ou das relações que os actores sociais querem (ou não) implementar. São estas relações sociais que muitas vezes determinam o “valor” da transacção, as formas e os tempos de pagamento. Bens e serviços, conhecimentos e posições de poder têm “preços” variáveis em função quer das relações existentes entre as partes envolvidas no “negócio” quer dos “interesses” respectivos naquilo que está a ser transaccionado ou que pode vir a ser transaccionado num futuro próximo.

Resumindo, uma análise das estratégias económicas das famílias na periferia de Maputo tem de ter em conta todos os recursos comercializáveis, os diferentes tipos de relações sociais envolvidas nessas transacções, as diferentes formas possíveis de trabalho – emprego formal, trabalho informal, trabalho não pago e produção de subsistência –, os recursos relacionados com o chamado “capital humano” (saúde, educação e capacidades), com a estrutura familiar em que se inserem os actores e o seu grau de coesão, com o património (entendendo este termo no sentido mais amplo possível) de que são portadores e as redes sociais a que pertencem.⁹

A vida não tem caminho para trabalhar: estratégias económicas das famílias

Compreender os processos através dos quais as famílias da periferia de Maputo conseguem garantir a sua subsistência não constitui tarefa simples. Os mecanismos através dos quais se desenvolvem estas estratégias são complexos e os actores sociais têm as “suas estratégias” face a quem os questiona sobre este assunto. Muitas vezes

⁹ A necessidade de considerar as múltiplas formas de trabalho possíveis na análise das estratégias de sobrevivência e reprodução social tem sido salientada por vários autores em diferentes partes do mundo (cf. Rodrigues 2004, Trefon 2002, Grassi 2003).

respondem com relutância a perguntas relacionadas com a proveniência e a gestão interna de rendimentos. Às vezes consideram vantajoso apresentar uma situação mais “miserabilista” do que é de facto. Algumas das fontes geradoras de rendimentos directos ou indirectos não são consideradas pelos próprios como tal ou por serem ilegais ou socialmente condenáveis não as revelam. Por último, os imponderáveis constituem a norma e as pessoas muitas vezes não sabem, nem podem saber, quais os rendimentos que auferem e qual o montante com que cada um dos membros contribui para o orçamento familiar. Tudo depende de vários factores: chega o irmão da África do Sul ou não, chove ou não, vende-se ou não. É impossível fazer contas ou previsões num contexto onde praticamente tudo é imprevisível.

Verificou-se no âmbito das investigações realizadas que apenas cerca de 10% dos membros das famílias declararam que viviam somente de rendimentos provenientes de trabalho no chamado sector formal da economia urbana. Todos os restantes membros das famílias que desenvolviam actividades geradoras de rendimentos enquadravam-se no sector informal ou a classificação destas era imprecisa (cozinheiros, motoristas, guardas, empregados domésticos).

Muitas das famílias tinham membros emigrados na África do Sul (30,4% das famílias em Mafalala, 11% no Polana Caniço A e 50% em Hulene B) que enviavam dinheiro para ajudar a família que vivia nos bairros e/ou quando vinham de visita traziam “presentes”.

Da análise dos dados ressalta a importância da pluriactividade e da complementaridade das actividades económicas desenvolvidas na família para a sobrevivência desta unidade social. Em praticamente todas as famílias existem várias pessoas a trabalhar em actividades geradoras de rendimentos ou de produtos. Grande parte destas actividades realiza-se de modo “informal” e/ou destina-se ao auto-consumo, como é o caso da produção agrícola nas *machambas* exploradas directamente por membros da família residentes na cidade ou por outros familiares que residem no campo (39% das famílias em Mafalala, 61% no Polana caniço A e 50% em Hulene B).

Muitas destas famílias têm bancas de vendas dos mais variados produtos à porta de casa ou vendem noutros locais: mercados do bairro, pequenos “bares” que fazem em casa, na

estrada. Muitos dos membros das famílias desenvolvem outros tipos de actividades geradoras de rendimentos em casa: são curandeiros, têm pequenas oficinas, confeccionam comida para venda.

A actividade agrícola tem uma importância significativa neste estudo¹⁰ e essa importância não é apenas económica, mas advém também do valor simbólico atribuído à “terra de origem”, que funciona como um dos elementos de coesão e de identidade do grupo familiar.

As famílias obtêm muitos dos produtos agrícolas através de trabalho directo ou por troca de bens da “cidade”. Neste último caso existe uma enorme variedade de situações, que vão das trocas regulares e frequentes – e neste caso constituem uma importante fonte de sustento e implicam “trabalho” (organização das viagens, aquisição dos “presentes” que se quer levar) e “investimento” por parte de quem as realiza – até às trocas esporádicas e simbólicas que se realizam apenas quando, por qualquer razão extra-económica, se realizam visitas aos parentes do campo ou estes se deslocam a Maputo.

Verificaram-se diversos processos desenvolvidos pelas famílias com vista à produção agrícola. Em alguns casos, as famílias possuem terrenos na periferia na cidade (muitas vezes de aquisição recente) e alguns dos membros, na sua maioria mulheres, deslocam-se diariamente ao local para os trabalharem. Noutros casos, estes situam-se mais longe da cidade, facto que obriga a deslocações que implicam estadias mais ou menos prolongadas no local da *machamba*. Quando estas *machambas* se localizam na “terra de origem”, o seu cultivo está, na maior parte dos casos, a cargo de parentes próximos que aí residem (a primeira ou segunda esposa, pais, tios, irmãos). Existem ainda casos em que a família usufrui de produtos agrícolas provenientes de duas *machambas* – por exemplo, a *machamba* que se situa na “terra de origem” e a *machamba* de outra região explorada por outros membros da família. Estas diferentes situações obrigam a que exista uma dispersão espacial da família. Há membros da família a residir em permanência no bairro, outros membros que residem na região onde se situa a *machamba*

¹⁰ A importância continuada da actividade agrícola desenvolvida por mulheres em meios urbanos moçambicanos foi plenamente demonstrada por Kathleen Sheldon (cf. 1999).

e outros que são “itinerantes” e passam parte do seu tempo no bairro e parte do seu tempo no campo.

Trabalhar a matemática na cabeça para sair esse dinheiro: gestão doméstica e organização das actividades económicas

Antes de iniciar esta parte importa salientar que os rendimentos ou produtos resultantes das actividades económicas podem ser imprevisíveis e, na maioria dos casos, não estão garantidos *a priori*. Muitas dessas actividades implicam “negócios”, um conhecimento da “procura” e uma capacidade de antecipação e imaginação que garanta, face à “concorrência”, um mínimo de possibilidades de sucesso. Outras actividades dependem de relações sociais, de conhecimentos, de trocas de favores, onde o sistema de *bargain* está presente. Outras ainda, como a produção agrícola, dependem do clima e baseiam-se em conhecimentos ancestrais que incluem a consciência do risco e da insegurança.¹¹ Consequentemente, a imprevisibilidade e a insegurança que caracterizam o contexto urbano não constitui uma inovação. Pelo contrário, na cidade existe a possibilidade de “jogar” em várias frentes, sendo o leque de oportunidades potencialmente acrescido.

Todavia, as potencialidades só se concretizam na conjugação de diferentes actividades e no desenvolvimento simultâneo das relações sociais que estas pressupõem. Por sua vez nas relações sociais que desenvolvem, os actores exprimem comportamentos e valores que, em função de diferentes circunstâncias e interesses, podem ser essencialmente contraditórios entre si.

Por conseguinte, são estas múltiplas articulações e inter-relações entre diferentes actividades geradoras de rendimentos ou produtos, diferentes tipos e níveis de relações sociais e diferentes comportamentos regidos por valores às vezes contraditórios que constituem as características fundamentais do contexto em análise.

A conjugação destas atitudes, aparentemente díspares mas interdependentes, gera nos actores contradições que são visíveis quando se comparam diferentes discursos onde estão

¹¹ Esta insegurança é atenuada desde há mais de 100 anos por actividades complementares desenvolvidas na África do Sul e em contextos urbanos; no entanto, nas memórias de muitos está a fome provocada por anos de seca ou de inundações.

patentes representações de ideais normativos de distintos modelos culturais de referência (muitas vezes em contradição com as práticas dos actores que os enunciam). As contradições também transparecem quando se analisa a gestão e a coordenação das actividades geradoras de rendimentos e produtos que se processam no interior das famílias.

Da mesma forma, este processo de pluralidade e mudança normativa onde se articulam diferentes códigos culturais e práticas inovadoras nem sempre se desenvolve com sucesso e tendo por vezes consequências trágicas (isolamento, loucura). Mas este “jogo” pode também repetir-se num processo circular, dando origem a “grupos de interesse” efémeros e conseqüentemente a uma ainda maior insegurança. É, talvez, a consciência disso, mas reportando-se a um outro assunto, que leva um informante a referir o seguinte:

Nunca pensei em mudar, mas a questão não é gostar do sítio, quando um já está no mesmo sítio acha o sítio mais seguro e mais ideal para tudo, porque se muda é como iniciar uma nova vida. Há pessoas que fazem trocas e negócios com talhões mas se se habitua a este tipo de negócios correm o risco de não ficar em nenhum sítio, porque a tendência é sempre continuar a trocar e fica-se em nenhum sítio, por isso eu nunca gostei.

Nas restantes páginas deste artigo analisam-se duas famílias de composição e estrutura diferente. A reflexão incidirá sobre as actividades geradoras de rendimentos e produtos realizadas pelos diferentes membros. Partindo daí, procurar-se-á compreender as diferentes formas de gestão e coordenação existentes e as relações de poder que deste ponto de vista se podem apreender.

Família de Josué

A família de Josué é poligâmica e ele tem três mulheres. Josué habita numa casa de alvenaria com três quartos de dormir — um para cada mulher —, sala/casa de jantar e dois anexos exteriores. Num dos anexos fica um quarto (onde dormem as doze crianças e a avó) e a casa de banho (com fossa) e no outro anexo existem duas divisões semi-acabadas, onde cozinham. Têm electricidade, frigorífico, duas televisões, vídeo, telefone fixo, telemóveis e aparelhagem de música. Nesta casa residem em permanência e teoricamente dezassete pessoas, sendo cinco adultos e doze crianças até aos 17 anos (umas das crianças é sobrinha de Josué). Existe, no entanto, uma circulação permanente

de outras pessoas: as mulheres vão para a *machamba* por temporadas, os sobrinhos vêm da África do Sul, as sobrinhas, cunhadas, irmãs chegam e partem. Durante a pesquisa de terreno foi possível contactar com inúmeros familiares residentes noutras casas e muitas vezes havia filhos ausentes que tinham ido para casa de outros membros da família. A “logística” desta circulação em relação ao espaço (onde dormiam) e refeições é organizada, segundo disseram, da seguinte forma:

Depende, às vezes se vêm a minha irmã e o meu cunhado libertamos um quarto, ou se for criança dorme com as crianças, se for um rapaz mais velho as meninas saem e ele dorme só com os rapazes (Josué).

Se eu quiser como aqui [em casa do Josué], há sempre comida, não preciso avisar, nós não temos essa tradição. Nós somos machanganas, não cozinhamos pouca comida, nós contamos com qualquer pessoa, se não chegar, comemos menos e bebemos chá ou vemos TV (sobrinha de Josué).

Os diferentes membros da família têm uma certa autonomia nesta circulação: a filha mais velha vai por temporadas para casa das primas, as mulheres ficam mais ou menos tempo na *machamba* e deslocam-se com frequência a casa de outros familiares, irmãs destas aparecem e permanecem para as ajudar ou substituir nas tarefas domésticas. Este vaivém constante gera alguns conflitos e confusões que contradizem os discursos nos quais transparece um “ideal” hierárquico e organizacional ao nível das relações de poder e distribuição de tarefas que, na prática, nem sempre se verifica.

Os rendimentos monetários nesta casa são essencialmente obtidos através do trabalho de Josué, que é motorista. Josué tem o seu próprio automóvel, que rentabiliza de diversas formas:

Trabalho numa empresa [...]. Só quando eles tiverem trabalho é quando me solicitam. Quando eles não tiverem nenhuma missão eu fico em casa [...]. Não há nenhuma coisa assinada [contrato]. [...] [ganha] tabela fixa, por dia, marca-se 50.000 [meticais]. É a partir das 8 horas até às 17.30. [Para além da empresa] tenho contrato com pessoas particulares [...], através dos amigos, telefonam para acompanhar ali, acolá [...], só que são poucos [...], nestes últimos meses [...], este mês já tive não sei quantos contactos.

Para além deste trabalho, também refere que faz trabalho de mecânica: “Só que cobro muito barato, porque não sou mecânico [...]. É uma forma de ajudar a pessoa a não ficar

pendurada”.

O dinheiro que ganha, segundo afirmou, é irregular e insuficiente para sustentar a sua família, por isso o orçamento familiar é completado com outras actividades. A mais importante é a produção agrícola. Numa primeira fase, os terrenos agrícolas (a *machamba*) situavam-se na terra de origem e eram cultivados pelas suas mulheres: “Íamos por dois, três meses, e voltávamos. Fazíamos escala para uma ficar com as crianças em Maputo”. A partir de 1998, através da sua irmã mais velha, Josué soube que havia a possibilidade de adquirir terras de cultivo perto de Boane.

A *machamba* de 12 hectares que possui perto de Boane é exclusivamente cultivada pelas suas três mulheres. Ele e os seus filhos não participam neste trabalho. Uma das suas mulheres comentou: “O senhor Josué não gosta de ir à *machamba*, quando vai lá, só fica em casa e não se mete nos trabalhos.” Outra acrescentou que achava “importante que as filhas fossem à *machamba* aprender, mas o pai acha-as muito novas e quer que elas vão à escola.” Em relação à filha mais velha (de 17 anos) que deixou de estudar, refere uma das mulheres de Josué:

O pai não aceita que ela vá à *machamba* [...], quer as crianças em casa, senão ainda começam a ficar doentes lá. Foram uma vez à *machamba* com ela [a filha mais velha] e ela quando voltou ficou quase dois meses de cama com malária, o pai diz que não vale a pena a Clara ir à *machamba*.

Os produtos que são produzidos na *machamba* (milho, mandioca, batata doce e outros) destinam-se exclusivamente ao consumo doméstico (pelo menos assim foi mencionado) e “são muito importantes, mas nem todos os anos a colheita é boa e aí temos de comprar”.

As mulheres têm a exclusiva responsabilidade da gestão e organização do trabalho na *machamba*. Estas disseram que faziam “escalas”: duas vão à *machamba* e a outra fica em casa a cuidar das crianças. Esta organização, pelo menos durante o tempo da investigação de terreno, era mais “ideal” do que “prática”, pois nunca as “escalas” se passaram de acordo com as previsões. Em relação às decisões de cultivo de produtos, referiu uma delas: “Ninguém decide o que cultivar, quem tiver plantas de amendoim, mandioca, traz e plantamos.”

A *machamba* situa-se relativamente longe da cidade e quando vão cultivar dormem numa palhota que entretanto aí construíram. Esta situação não parece desagradar-lhes e permite-lhes um certo tempo livre das inúmeras crianças e dos trabalhos domésticos que têm de gerir. A propósito destas estadias, uma das mulheres relatou o seguinte:

Um dia estávamos as três na *machamba* e o senhor Josué apareceu lá a dizer que não aguentava mais as crianças e que uma de nós tinha de voltar para casa, mas negámos e ele saiu de lá zangado. No dia seguinte foi lá outra vez e disse: “uma de vocês tem de voltar.” Disse que se não fossemos já tinha feito as trouxas das crianças para as trazer para a *machamba*. [...]. Gostamos muito de estar lá, conversamos muito e trabalhamos entre nós.

Josué salientou que os rendimentos que auferia como motorista e mecânico, acrescidos dos produtos produzidos nas *machambas*, eram insuficientes para cobrir todas as despesas da casa. Devido a este facto, por vezes reinvestia parte do dinheiro na compra de cabritos que criavam em casa e revendiam. Durante pouco tempo (três meses) as mulheres organizaram um “bar” em casa onde vendiam bebidas tradicionais por elas confeccionadas. Este negócio acabou, segundo referiu Josué, porque “Era muita confusão, eu não podia descansar, acabei por cancelar, os que vinham às vezes roubavam”. Quando foi questionado sobre eventuais “negócios” que as suas mulheres pudessem fazer, respondeu: “Tudo o que traz rendimento é bem-vindo, mas se eu autorizasse uma a vender acabava por ter problemas, então não autorizei ninguém a fazer ao contrário das outras, isso traz problema.”

Os problemas a que se refere podem estar relacionados com uma certa autonomia financeira (e poder) que as mulheres poderiam conquistar se vendessem no mercado, desequilibrando a relação hierárquica familiar de cariz “tradicional” que parece existir nesta família, onde o homem é o único adulto que ganha dinheiro (a filha mais velha “faz dinheiro a trançar, é dela, mas às vezes dá um bocado à mãe”). Esta situação garante-lhe, simultaneamente, poder sobre as mulheres que economicamente estão na sua dependência e atenua os riscos de conflito resultantes de diferenças económicas que existiriam entre elas se estas se dedicassem a actividades geradoras de rendimentos monetários. Assim, Josué tenta manter os conflitos existentes dentro deste casamento poligâmico (entre as mulheres e entre cada uma destas e o homem) dentro de certos

limites e evitar situações de ruptura.¹² As alternativas de sobrevivência para estas mulheres fora deste casamento são possíveis mas implicariam o desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência e de outras relações sociais ou familiares, processo esse que é difícil e de elevados custos materiais, sociais e afectivos (os filhos em princípio ficariam com o pai e o acesso à *machamba* ser-lhes-ia vedado).

A situação de poligamia em que vivem não é do seu agrado, pois todas disseram que preferiam ter um marido só para elas, mas todas se consideram com sorte por o marido que têm ser um bom marido, trabalhar e não beber.

A situação de co-residência em que vivem as esposas de Josué nem sempre se verifica. Em meios urbanos – em Maputo ou noutras cidades da África subsariana – a poligamia não implica necessariamente a co-residência das diferentes esposas (cf. Loforte 1996, Hasseling e Lauras-Locoh 1997). Esta co-residência tem um significado diferente no meio rural, já que cada uma das mulheres possui a sua palhota e não tem de partilhar o mesmo espaço físico de habitação com as outras (cf. Junod ([1912-13] 1996: 287). Na cidade, a exiguidade da maior parte dos talhões associa-se a um modelo “moderno” de construção que tende a concentrar, cada vez mais, sob o mesmo tecto, as diversas “divisões”. Este modelo “moderno” é visível nas casas mais recentes e aparentemente mais “ricas” e contrapõe-se a um outro modelo em que as diferentes divisões se distribuem pelo talhão de forma independente.

O modelo “moderno” e “urbano” de concentração espacial, aliado ao facto de muitas casas terem poucos quartos, torna ainda mais problemática a poligamia. E, eventualmente, a tendência para a dispersão residencial das diferentes esposas em meio urbano explica-se mais por esta última razão do que por uma autonomia feminina previamente conquistada. Esta dispersão espacial pode ser um primeiro passo na conquista de outras formas de independência e, por todas estas razões, a terceira mulher de Josué refere: “Se pudesse escolher, preferia que cada uma de nós tivesse a sua casa.”

¹² Josué sobre este assunto acrescenta o seguinte: “Não pode faltar confusão, só [...] que não chega nos meus ouvidos. Sempre tem havido confusão [...]. Havia outra que pensava abandonar, ir voltar a casa dos pais porque já não estava a entender-se, mas não foi. [...] as pessoas são um bocado traiçoeiras [...]. E digo que são traiçoeiras porque já vi tantos casos deste tipo de natureza.”

Nesta família concreta, pelo menos ao nível dos discursos, o papel “tradicional” da mulher tsonga não é questionado, da mesma forma que não é questionado o poder do homem, não só face às suas mulheres e aos seus filhos, como face à sua mãe, irmãs e sobrinhos(as).

Os rendimentos monetários que esta família auferem resultam das actividades que o homem desenvolve. Segundo relataram, é ele que decide o montante que deve ser afectado às despesas domésticas, sendo este montante gerido pelas mulheres.¹³ Esta situação confere a Josué um poder visível e ele interfere em todos os assuntos, inclusive em áreas que, segundo mencionaram, não são consideradas do foro masculino, como, por exemplo, a decoração da casa.

O processo de gestão e distribuição dos rendimentos monetários pelos diferentes elementos da família e despesas foi descrito da seguinte forma pela primeira mulher:

O dinheiro que tenho é o senhor Josué que dá. Dá todos os dias para o mercado, deixa na mesa e quem vai às compras leva. Quando tem mais dinheiro dá-nos algum para gastarmos. Se precisamos de alguma coisa [roupa, etc.] pedimos-lhe, mas não pedimos todas ao mesmo tempo, nem todos os meses. Uma parte do dinheiro fica com ele e uma parte dá para nós e serve também para as despesas das crianças.

Entre as mulheres há uma relação hierárquica, pelo menos formal, e a primeira mulher exerce a sua autoridade sobre as outras. Diz a terceira mulher:

Obedeço à Gabriela porque obedecendo a ela estou a obedecer ao senhor Josué. Ela é a mais velha, é a primeira esposa. [...] Não acontece muito mandar-nos fazer coisas, como todas já temos filhos, as crianças fazem as coisas e trabalham em casa.

De facto, como se observou, as crianças (filhas, sobrinhas e cunhadas de Josué) realizam a maior parte das tarefas domésticas, sobretudo as meninas que acartam água, dão banho e vestem os irmãos mais novos, pilam cereais, cozinham ou varrem. As únicas actividades domésticas que, ao longo do trabalho de campo, foram observadas a serem executadas pelas mulheres de Josué foi cozinhar, servir as refeições e ir às compras.

¹³ Josué: “Por dia dou 70 contos às senhoras [...] Esses 70 contos estou a contar com tudo: o caril, água, carvão, menos o sabão. Então, quando não tenho arroz, não há milho, não tenho nada, deixo sempre 70.000 por dia. Agora, se tiver a comida, eu deixo 50. Então, 50, já estão a reclamar. Só que, prontos, nunca dinheiro chegou.”

Outra personagem feminina com, eventualmente, algum poder na esfera doméstica é a mãe de Josué (80 anos). No entanto, não se testemunhou nenhum acto de manifestação desse poder. Esta mulher referiu a propósito deste assunto:

O meu tempo já acabou, eu mandei e era chefe lá na casa do meu marido que depois [quando enviuvou] era minha, aqui não tenho nada a ver, é a casa do meu filho, ele é que manda e as esposas, eu só estou aqui a ser servida. Mas respeitam-me e tratam-me muito bem.

Josué é um “homem do mundo” circula no seu automóvel pelo centro de Maputo, tem clientes importantes (por exemplo, missões da cooperação portuguesa), contactos e conhecimentos diversos. Possui conta bancária, cartão multibanco e telemóveis. Projecta o futuro dos filhos investindo substancialmente na sua educação escolar (todas as crianças frequentam a escola com excepção de uma sobrinha e da filha mais velha).¹⁴ Tem uma atitude ambígua em relação ao planeamento familiar, pois quando foi questionado sobre o número de filhos que tinha disse que o último (filho da primeira mulher e bebé de meses) não tinha sido planeado e que já tinha avisado as mulheres que não queria mais, mas que as crianças eram “sorte”. Faz alguns investimentos no seu bem-estar e no da sua família, e durante o trabalho de campo falou de diversos planos que tinha e que estava pronto a concretizar: instalar água canalizada em casa, acabar a construção do anexo, fazer uma casa de banho com “loja” e trocar de carro.

As atitudes de Josué em relação às suas esposas e aos filhos são opostas: eles têm de estudar e elas têm de trabalhar na *machamba*. Trata as crianças com imensa ternura, traz-lhes presentes e foi possível observar que lhes compra alguma da roupa que vestem e, por vezes, leva os mais pequenos a passear de automóvel. No entanto, as suas mulheres só andam no seu automóvel por necessidade e a mais nova (natural de Chibuto e residente no Polana Caniço A desde os doze anos) afirmou: “ Nunca vou passear ao centro de Maputo, [...] não conheço, só saio para ir à *machamba*”. As mulheres de Josué contradisseram algumas das afirmações deste, nomeadamente em relação à educação dos filhos. Afirmaram que ele nunca estava em casa e não podia saber o que os filhos andavam a fazer. Disseram que eram elas que iam às reuniões na escola e que

¹⁴ A filha mais velha de Josué chumbou e que, por ser repetente e ter 17 anos, só podia frequentar o ensino nocturno. O pai não autorizou por considerar perigoso ela andar na rua até tão tarde.

acompanhavam as actividades escolares dos filhos. Josué tem uma opinião contrária sobre este assunto que expressa da seguinte forma:

A educação das crianças, posso dizer que eu ocupo o lugar das próprias mães, porque as mães uma vez ou outra é que estão em casa. Quem fica sempre com as crianças sou eu. Digo: “Olha, isto não se faz porque é ‘feio’, ‘não se pode’, ‘é proibido’, ‘isto é que é bem’”. Eu sempre exijo das crianças. E as crianças gostam muito mais do pai do que das mães, porque nem sempre estão com elas.

Pelo que se pôde observar, tal não acontece. Mas é revelador que, ao nível do discurso, Josué expresse essa intensidade de relação com os seus filhos. Afinal, e de acordo com os costumes tsonga, eles “são seus” e não das mães respectivas. Seja como for, as ausências efectivas de Josué e/ou a autonomia que de facto as mulheres têm nesse campo permitem que elas giram o seu tempo entre a *machamba*, as responsabilidades domésticas, as inúmeras visitas que têm de fazer a outros familiares e as frequentes idas à igreja para rezar ou participar nas diferentes actividades que aí se organizam.

Quando as mulheres foram questionadas sobre o trabalho na *machamba* responderam que gostavam de o fazer, mas quando falaram sobre o futuro das filhas expressaram o desejo de que estas desenvolvessem outro tipo de actividades. Uma das mulheres comentou sobre este assunto:

Desejava que as minhas filhas tivessem uma vida melhor do que a minha, na vivência, mais condições, mais dinheiro, gostava que elas tivessem uma profissão, [...] a coisa mais importante é a mulher ganhar dinheiro, ir ao serviço em vez de estar em casa a cuidar das crianças [...] se tivesse de escolher [qual é que devia continuar a estudar], escolhia o rapaz porque a menina depois casa-se e vai ao lar. O rapaz é que fica com todos os encargos.

Nesta frase espelham-se as contradições existentes entre os modelos culturais que coexistem neste contexto. Estas contradições manifestam-se no dia-a-dia, através da educação diferente que os filhos e as filhas recebem e que transmite, de forma complexa, práticas, valores, ideais e representações que, embora articulados a alguns níveis, nem sempre são coerentes entre si. Destas incoerências (e contradições) resulta certamente uma maior liberdade face às normas ancestrais. Pode igualmente resultar uma interiorização diferente, por parte das crianças, das relações de género e dos diferentes papéis que as mulheres e os homens devem assumir. Da mesma forma, e à medida que

estas contradições se tornam cada vez mais patentes – por exemplo através do contacto com o exterior,¹⁵ considerado pelas mães como factor destabilizador dos valores transmitidos em casa –, estas crianças e estes jovens necessitam de as resolver internamente e têm de ser capazes de proceder, pelo menos a alguns níveis, a algumas articulações, sem as quais a sua vida se torna impossível.

Por estas diferentes e complexas vias se processa a reprodução social: transmitindo-se contradições entre discursos e entre discursos e práticas; demonstrando, através de exemplos concretos, quotidianos e constantes, quais os instrumentos e mecanismos que possibilitam as articulações e quais os que facultam as eventuais resoluções de contradições, bem como quais os necessários para “evitar” confrontos, de forma a permitir a coexistência relativamente pacífica de lógicas diferentes nas práticas e nas estratégias de vida de cada um. E aqui, porventura, privilegiam-se os silêncios e as omissões.

As estratégias de sobrevivência e reprodução social desta família articulam, a nível interno (relações familiares) e externo (relação com o contexto social e o “mercado”), padrões opostos e complementares. Internamente, as relações familiares organizam-se de acordo com o modelo “tradicional” tsonga (embora muitas das práticas o contradigam). Externamente, esta estrutura familiar depende, em grande medida, das atitudes “modernas” e “empresariais” do homem da família face ao mercado onde exerce o seu trabalho. Estas mesmas atitudes transparecem na forma como Josué gere os rendimentos de que dispõe. Tal resulta de um acumular de experiências que tem sabido aproveitar – desde que emigrou para a cidade percorreu um longo percurso – e da forma como efectivamente gere as actividades que desenvolve. Tem um comportamento “profissional” e, como se observou, trabalha muitas horas, cumpre horários, respeita compromissos e demonstra seriedade. Esta postura possibilita-lhe a obtenção de rendimentos vitais para o sustento (obviamente, dentro dos parâmetros do contexto e certamente também com inúmeras dificuldades) da estrutura familiar que mantém. O facto de possuir um automóvel constitui seguramente um capital.

¹⁵ As casas nos bairros da periferia não constituem espaços fechados e a socialização das crianças ultrapassa os limites da família. As crianças brincam na rua, entram em casa dos vizinhos, vão para a escola, visitam familiares por temporadas... Esta circulação contínua acresce durante a juventude. A disponibilidade dos jovens torna-os elos preferenciais de ligação entre os vários núcleos familiares, para além de, como em qualquer parte do mundo, terem múltiplos amigos.

Permite-lhe exercer a sua profissão de maneira independente e confere-lhe, além disso, outros rendimentos, *status*, prestígio social e poder ao nível da família e do bairro: há vizinhos que lhe solicitam favores (e o mais referido foi ajuda no transporte de doentes para o hospital); há familiares que necessitam de se deslocar e ele “disponibiliza” o transporte. A forma de pagamento destes “favores” varia. Questionado sobre este assunto, Josué disse que dependia, pois às vezes solicitava o pagamento da gasolina, outras vezes não: “se vejo que a pessoa não tem...”

Da mesma forma, Josué, ao “manter” as mulheres na *machamba*, colocou-as sob sua dependência directa, tentando, desta forma, evitar conflitos e “autonomias femininas”. Josué desenvolve igualmente estratégias de poder face aos membros da família que não residem na sua casa mas com os quais mantém estreitas relações de reciprocidade. Estas relações envolvem, da sua parte, responsabilidades e obrigações muito concretas e nas quais despende alguns dos seus rendimentos e energias. Do cumprimento dessas obrigações deriva, entre outras coisas, o prestígio que detém no seio da família: ele é, de facto, por todos, considerado o chefe.

Família de António

Cláudia, a mulher de António, reside na casa que foi (e é?) de ambos, construída em alvenaria com quatro quartos de dormir, sala, electricidade, rádio, arca congeladora e fogão eléctrico. Nesta casa residem nove pessoas: a mulher (ou ex-mulher de António), dois filhos de ambos, uma neta e um sobrinho adulto (cerca de 30 anos). Além disso, têm dois quartos alugados, um a um casal com um bebé e outro a um homem solteiro. Para além destas pessoas que residem na casa, foram, por diversas vezes, observados grupos de homens no talhão. Segundo disseram, eram amigos, colegas e familiares dos hóspedes ou do sobrinho. Como estes homens conversavam frequentemente com Cláudia, que lhes mostrava artigos que vendia supõe-se que alguns “negociavam” com Cláudia.

Nesta família o casal está em conflito e o marido (António) não reside com a mulher. No entanto continua a considerar-se “dono” da casa. Cláudia disse que António não contribuía financeiramente para as despesas domésticas e este não a contradisse.

Cláudia acrescentou ainda: “sou pai e mãe, dou de vestir, dou de comer”.

As estratégias que Cláudia desenvolve para sobreviver constituem um bom exemplo da combinação de actividades geradoras de rendimentos e produtos. E passo a descrevê-las: aluga quartos; aluga o espaço da arca frigorífica; no Verão vende cervejas e refrescos em casa (ou junto à vedação do talhão) e “fruta gelo” (gelados) no mercado; vende roupa e foi ainda possível ver, um dia, em exposição, enormes vitrinas de loja para revenda; possui (ou possuía) uma *machamba* nos arredores de Maputo. Esta imprecisão, que ressalta no discurso da própria, deve-se ao facto de a *machamba* ser igualmente propriedade do marido (o processo de separação que vivem gerou uma série de “mal-entendidos e contradições nos discursos); porém, por diversas vezes, Cláudia estava ausente e disseram que tinha ido para a *machamba*; Cláudia refere: “O que tiro é para comer. Mas nunca chega. Não é *machamba* como a da terra [...], trabalho sozinha, as crianças está a negar, mas agora já não tenho *machamba*”; por vezes aluga o espaço exterior da casa junto à vedação do talhão. Esse espaço, designado “sombra” têm um preço (2 mil meticais por dia ou 100 mil ao mês) e é identificado da seguinte forma: “a dona da casa varre esse sítio”; por vezes, Cláudia utiliza esse espaço e é aí que vende; na fase final do trabalho de campo, arranjou emprego como mulher-a-dias, três vezes por semana.

Para além dos rendimentos e produtos provenientes destas actividades, o orçamento familiar é completado (pelo menos) pelos rendimentos auferidos pelos outros membros da família que residem em sua casa e trabalham. O filho de 17 anos vende no mercado – empregado de um “dono de banca” – e o sobrinho de trinta e poucos anos trabalha, desde 1990, como guarda numa casa particular. Por motivos de gestão interna de rendimentos e por outros motivos, a mulher deste sobrinho foi residir com a família dele na terra de origem e, cada vez que ele visita a família, traz da terra produtos agrícolas que ajudam a reduzir as despesas de consumo que esta família tem. Como se relatou, a relação entre tia e sobrinho não é pacífica:

Quando o meu marido se foi embora, ele [o sobrinho] não fez mais nada a não ser mandar embora a mulher para Inhambane, porque ele não quer pagar as despesas, mesmo agora que está aqui sou eu que o sustento, ele não tira nem uma *quinhenta* para comprar pão. Mesmo se ele que diz que ajuda nas despesas é mentira [...]. Só que para mim é muito difícil dizer “saia, vai embora”; se ele chega, encontra-nos a mata-bichar,

será difícil não dar o mata-bicho. Mas se já comemos não lhe damos, porque ele não há-de perguntar onde está a comida [...]. Só que o meu filho que está a vender no mercado disse “mãe, não lhe pergunte mais nada, deixa, vamos continuar o que estávamos a fazer” – então continuamos, só que ele não dá mais nada.

As actividades a que Cláudia se dedica variaram ao longo do tempo. Em 99 vendia carvão e petróleo, era “machambeira” com o marido, posteriormente vendeu peixe e arroz e fez bolinhos para vender. Cláudia acrescentou ainda que “dantes” ela e o marido criavam galinhas para vender, e também compravam carne de vaca em grande quantidade, congelavam-na e posteriormente revendiam-na em doses pequenas. Cláudia, a dada altura da sua vida, trabalhou durante seis meses como empregada doméstica, “mas os patrões saíram para as suas terras...” Quando se perguntou as razões destas mudanças nos negócios, afirmou:

Sempre fiz contas para saber se havia lucro e contava o tempo que demorava, foi por isso que deixei de vender carvão, porque ficava muito tempo a fazê-lo [...], não podia subir o preço, tinha de ser universal, igual ao dos outros vendedores.

Numa casa onde existem várias famílias a conviver num mesmo espaço, a gestão dos trabalhos domésticos não constitui tarefa simples. Cláudia descreveu o processo da seguinte forma:

Eu faço a minha panela, os hóspedes fazem a deles. As crianças [filho e neta] vão buscar água, a casa de uma pessoa [...], fazem escala, um dia vai um, outro dia vai outro [...], pago por dia [...]. Se tenho dinheiro vou eu para encher o tambor de 200 litros. Esta água não é para os hóspedes, é só para a minha família, as mulheres deles é que vão buscar a água. [...] Pedro [filho mais novo, de 11 anos] cozinha quando eu não estou. Se estiver, cozinho eu. Por dia faço uma vez chá com pão e salada e jantar [...], depende do dinheiro, se tenho compro peixe ou carne, se não comemos legumes. Só milho e arroz é que compro ao mês, o resto compro aos poucos e aí gasto por dia quinze ou dez contos. [...] Compro carvão.

A casa onde Cláudia reside pertence a ela e ao marido e ambos estão de acordo sobre isso. Ele ainda considera que é o “chefe de quarteirão” da zona onde se situa esta casa (cargo que exerce há alguns anos, mas comenta que esse cargo actualmente “já não funciona”). Residem neste talhão desde 1970, mas não possuem nenhum documento. António comentou a propósito do assunto: “eu não sei como tratar do título, a zona não está parcelada.” Receberam o talhão gratuitamente porque a casa onde residiam

anteriormente foi demolida quando abriram uma estrada no bairro. O processo de edificação da casa actual foi longo e implicou investimentos: primeiro construíram uma casa de caniço com um quarto e sala e, em 1980, começaram a construir em blocos de cimento e colocaram um telhado de zinco. Nessa altura edificaram três quartos e uma sala. Por fim, quando nasceu o último filho, aumentaram a sala e fizeram mais um quarto.

Durante essa época, António trabalhava na Pescom, empresa em que esteve 18 anos. O salário que obtinha na Pescom, acrescido dos eventuais “agradecimentos” que recebia por ser chefe de quarteirão, mais os produtos da *machamba* e os lucros provenientes dos “negócios” que ele e a mulher realizavam permitiram-lhes uma vida relativamente desafogada, testemunhada pela dimensão da habitação e pelo número de electrodomésticos. Posteriormente, segundo referem, a situação de ambos piorou.

António afirmou: “Tudo mudou e pronto, agora estou assim na pior, comemos muito mal”. António foi despedido, saiu de casa (ou ela mandou-o embora), trabalha como guarda-nocturno numa casa particular e continua a explorar a *machamba*. Cláudia considera-se muito pobre e acrescenta: “A minha infância foi de sofrimento, até hoje parece um destino [...], tenho muita preocupação, muitos filhos, netos e tenho filhos que não voltam da África do Sul. Só estou a emagrecer, pensamento de marido.”

A análise da situação desta família e do processo que atravessam tornou-se mais complexa em virtude dos conflitos existentes entre os diferentes membros. Estes conflitos originam versões contraditórias dos mesmos acontecimentos, mas, no entanto, a análise destas mesmas contradições permite a detecção de diferentes lógicas, interesses e afectos e, ao mesmo tempo, possibilita a apreensão de articulações entre práticas distintas.

De facto, todos os membros da família contribuem (parcial e/ou irregularmente) para o orçamento comum: segundo Cláudia, o marido quando vai a casa partilha com eles as refeições; Cláudia cozinha para o sobrinho e este diz que contribui para as despesas domésticas. Parte do orçamento desta família provém dos rendimentos resultantes do aluguer de quartos da habitação construída por Cláudia e António. Nessa habitação, ambos investiram grande parte dos rendimentos que obtiveram durante a sua vida em

comum.

Através desta análise, pode verificar-se, igualmente, o carácter essencialmente dinâmico e multidimensional de que se revestem os estatutos dos diferentes membros da família. Por exemplo, o marido (António) é “formalmente” o chefe daquela casa, pelo menos assim se auto-representa, e é assim que o designam os filhos que aí residem, os hóspedes e alguns vizinhos. No entanto, o próprio, os filhos e os outros têm consciência de que esse estatuto foi esvaziado das funções e do poder que normalmente lhe estão associados. Da mesma forma, o sobrinho, filho de um irmão mais velho de António (falecido), disse, numa primeira conversa, que era o “chefe”: “Não por eu ser o filho mais velho, mas porque os outros ficam lá muito longe e quem está em casa sou eu”. Posteriormente referiu que ali, naquela casa, era “contado como filho” e por último acrescentou: “aqui só estou de passagem, o meu *mùnti* é em Massinga e vou lá de dois em dois meses, só que desta vez vou acabar quase cinco meses sem ir”. Porém, a pessoa responsável pelo sustento da família e que detém, como se constatou, poder sobre a casa e sobre a maioria dos familiares que aí residem é a mulher.

A responsabilidade desta mulher face ao sustento da família não constitui, como já referiu, algo de inovador. “Tradicionalmente”, as mulheres cultivam nas *machambas* os alimentos que constituem a base da alimentação das suas famílias e muitas continuam em meio urbano a desenvolver actividades que lhes permitem desempenhar essa função. Todavia, esta responsabilidade feminina, em meio urbano ou rural, não desafia a supremacia da representação do poder familiar que constitui apanágio masculino: os chefes das famílias são homens e o trabalho que desenvolvem tem um valor simbólico muito diferente das actividades que as mulheres realizam, independentemente do montante com que cada um contribui para o orçamento familiar.

No caso da família de António, que se tem vindo a analisar, o facto de a mulher viver efectivamente sem o marido e de ter assumido face a este uma posição de “força” alterou, parcialmente, a representação dos estatutos de cada um: ela não se limita a desempenhar o papel de esposa, assumiu — de forma ambígua e sendo esse poder contrabalançado pela presença do sobrinho — as funções de “chefe de família”. Assim, Cláudia detém um poder efectivo — sobre os filhos menores, sobre a casa, e sobre os negócios que gere — e o reconhecimento social desse poder comprova-se através da

forma como transparece nos discursos/representações dos outros: o marido, os hóspedes e os vizinhos referiram-se a ela como alguém que “dita leis”, inspira algum temor e desconfiança (daí as conotações negativas/feitiçaria?) e constitui, por isso, e de certa forma, uma ameaça à norma social.

Da mesma forma, no discurso de Cláudia também transparece uma certa ambiguidade: tanto se (re)apresenta no papel da “vítima” como, implicitamente, nas suas palavras, expressa o poder que detém. Neste último caso, não reconhece que o seu poder de mulher foi ampliado. Pelo contrário, considera que detém poderes que, na sua essência são masculinos: não é mais poderosa enquanto mulher, é mais poderosa porque concentra em si funções simultaneamente femininas e masculinas. Por esta razão, todas as mulheres contactadas e que tinham, por uma razão ou outra, um acréscimo de poder ou de independência face à norma, referiram-se a si próprias como seres duplos e a frase usual que traduzia essa duplicidade era: “eu sou (ou fui) pai e mãe”.

Concluindo, os diferentes estatutos dos membros de uma família, as relações de poder que se criam e desenvolvem, os conflitos, as negociações e a cooperação existente dependem quer de relações familiares bidimensionais, onde interesses e afectos são simultaneamente expressos, quer dos diferentes recursos disponíveis à família e aos seus membros individualmente quer ainda de um conjunto plural de normas culturais e sociais nas quais essa família se reconhece e através das quais se constitui. Da multiplicidade de normas culturais presentes no contexto desta análise, e do facto de nenhuma destas ser “pura”, mas sim resultante de sincretismos e de múltiplas influências, resulta a possibilidade da coexistência de diferentes mas não ilimitadas interpretações e manipulações dessas mesmas normas.

Nas famílias estudadas, o poder que os diferentes membros da família detêm sobre os rendimentos que auferem e sobre a gestão e redistribuição dos rendimentos auferidos pelos outros membros depende das diferentes interpretações que os sujeitos fazem das normas culturais que constituem o seu quadro de referências no contexto social em análise e das relações existentes entre os diferentes membros de uma determinada família. Nestas relações articulam-se de forma dinâmica afectos e conflitos, negociações e cooperações e

expressam-se interesses individuais e colectivos, egoísmos e altruísmos.

A questão está em encontrar uma forma de reconhecer que a cooperação e o conflito coexistem na vida familiar (em graus que variam grandemente) e que os indivíduos têm quer interesses competitivos quer um interesse comum (mesmo que desigual) no bem-estar da casa. Para além disso, quando o modelo do sistema de *bargain* é levado demasiado longe, esquece-se que nem todas as decisões são alvo desse processo, já que muitas são tomadas com base em assumpções sobre o que é natural e evidente (Agarwal 1992: 104), e perde-se de vista aquilo a que Folbre chamou o “altruísmo, que é uma das características definidoras da vida familiar” (1986: 251) (Creighton e Omari 1995: 5).

References

BÉNARD da COSTA, A., 2003, *Estratégias de sobrevivência e reprodução social de famílias na periferia de Maputo*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos interdisciplinares em Ciências Sociais, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), (Policopiado).

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M.; GRINSPUN, A., 2001, «Private Adjustments: Households, Crises and Work» in GRINSPUN, A., *Choices for the Poor: Lessons from National Poverty Strategies*, UNDP, 2001

GRINSPUN, A., 2001, *Choices for the Poor: Lessons from National Poverty Strategies*, UNDP.

Livi-Bacci, M. and G. de Santis (eds), 1998, *Population and Poverty in the Developing World*, Oxford: Clarendon Press.

OPPENHEIMER, J.; RAPOSO, I., 2002, *A Pobreza em Maputo*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação

OPPENHEIMER, J.; e outros, 2003, *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: Impacto da Guerra e das Transformações Sócio-económicas (Décadas de 80 e 90)*, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Fundação Para a Ciência e Tecnologia. Relatório final (policopiado).

Sahn, David E. and Stephen D. Younger 2004, «Growth and Poverty Reduction in Sub-Saharan Africa: Macroeconomic Adjustment and Beyond» *Journal of African Economies*, Volume 13, Number 90001, i66-i95

TREFON, THEODORE (2002), "The Political Economy of Sacrifice: Kinois and the State", Lisboa: Centro de Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, comunicação apresentada no Seminário Internacional "Dinâmicas Políticas na África Contemporânea" (policopiado).

World Bank, 1998, *Nutritional Status and Poverty in Sub-Saharan Africa*, Findings Africa Region no. 108, April, Washington D.C.: World Bank.

World Bank, 1999a, *Global Synthesis: Consultations with the Poor*, draft for discussion, Poverty Group, World Bank, Washington.